



Fecomércio PE

Sesc | Senac

Instituto Fecomércio

Boletim Conjuntural

3º Trimestre de 2015

BOLETIM CONJUNTURAL

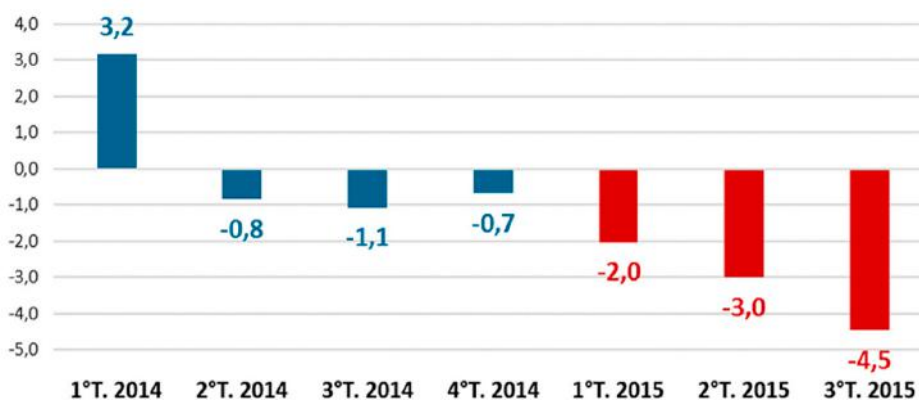
3º Trimestre de 2015

1. CONTEXTO ECONÔMICO NACIONAL

Considerando-se as informações divulgadas pelo IBGE sobre as Contas Nacionais do país, observa-se que a partir do segundo trimestre do ano passado (2014) a produção brasileira de bens e serviços foi sempre menor do que a do mesmo trimestre do ano anterior – **Gráfico 1**.

Portanto, no último ano a economia nacional manteve-se praticamente no mesmo patamar de 2013 – variação positiva de 0,1% – por conta de um desempenho compensatório, ainda positivo, registrado no primeiro trimestre de 2014.

Gráfico 1. Brasil: variação trimestral do PIB a preços de mercado (em %) - 1º Trim. 2014 a 3º Trim. 2015 (base: igual período do ano anterior)



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

Ao longo do ano de 2015, as variações trimestrais observadas no PIB brasileiro são todas negativas: -2,0%, -3,0% e -4,5%, respectivamente no 1º, 2º, e 3º trimestres, em comparação com o nível de produção em iguais períodos do ano anterior. Conclui-se que o desempenho da economia nacional, que já vinha apresentando dados negativos desde a segunda metade do primeiro semestre do ano passado, vem aprofundando um quadro de retração trimestre a trimestre em 2015, culminando com decréscimo de -4,5% no terceiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano de 2014. Ressalte-se que essa é a maior queda observada – nesse tipo de comparação – desde 1996, quando a série foi iniciada pelo IBGE.

Ademais, o dado referente ao 3º trimestre de 2015 é também inferior ao observado no 2º trimestre do corrente ano, ou seja, o PIB também recua comparativamente ao nível do trimestre imediatamente anterior: variação de -1,7%. Este é o terceiro trimestre consecutivo em que se observa declínio do PIB brasileiro, considerados os trimestres imediatamente anteriores. Note-se que dois trimestres consecutivos de resultado negativo caracterizam recessão técnica; portanto, a economia brasileira convive com um panorama de recessão.

Portanto, a economia brasileira – que já demonstrava enfraquecimento desde o 2º trimestre de 2014 – experimenta, em 2015,

aprofundamento desse processo de retração da produção de bens e serviços. De fato, é patente o agravamento da crise econômica brasileira: considerando o resultado acumulado do ano (contrapondo-se o PIB dos primeiros nove meses do ano com o PIB acumulado de igual período de 2014), o recuo é de -3,2%.

Esse cenário de queda na atividade econômica em 2015 é quase generalizado entre os diversos segmentos da economia. De fato, com exceção do setor agropecuário – que no acumulado do ano registra um crescimento de 2,1% –, entre todas as outras atividades registra-se retração. A indústria declina -4,5% e o setor de serviços -2,1%. Além disso, o investimento para o conjunto da economia, que já havia recuado significativamente em 2014, cai mais fortemente no acumulado de 2015: uma variação de -12,7%. Adicione-se a esse quadro o fato de que o consumo das famílias – que até o ano passado vinha mantendo um bom desempenho – recua -3,0%. Por fim, cite-se uma queda de -0,4% no consumo do governo. Em suma, a crise econômica se aprofunda e vai se generalizando entre os diversos segmentos da economia.

Particularmente o setor industrial brasileiro vem sendo atingido mais fortemente pela atual crise econômica. Nesse sentido, mencione-se que dados do IBGE, oriundos da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, revelam que no último mês pesquisado (outubro de 2015) o recuo na produção industrial brasileira no acumulado do ano foi de 7,8%. Isso significa que a indústria do país registra uma produção total que é 17% menor do que o nível de produção obtido em Junho de 2013 - considerado o patamar de maior nível de produção industrial do país.

Para a economia como um todo, em termos de expectativas para o corrente ano, o mercado financeiro trabalha com um declínio do PIB acima de 3%, conforme pesquisa realizada pelo Banco Central com mais de 100 instituições financeiras. Sem dúvida uma expectativa preocupante, que – se concretizada – virá a ser, em

um quarto de século (desde 1990) o pior desempenho da economia brasileira.

Incorpore-se a esse panorama de retração da economia brasileira a aceleração de um persistente ritmo inflacionário evidenciado desde 2011. Desde este último ano, permanece na proximidade do teto da meta de inflação anual (6,5%). Em outubro deste ano o IPCA (acumulado de 12 meses) praticamente atinge 10,0%, conforme dados divulgados pelo IBGE (9,9%), próximo ao patamar de dois dígitos. E isso em um contexto de recessão.

Por outro lado, o país enfrenta uma situação fiscal adversa, em que o setor público brasileiro apresenta déficit em 2015. A esse respeito destaque-se que em outubro último a dívida pública consolidada do setor público – endividamentos interno e externo – atinge o valor expressivo de 3,8 trilhões de reais, conforme dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional. Trata-se de montante que representa mais que a metade (66%) do PIB do Brasil. Nesse ambiente, as principais agências internacionais de classificação de risco vêm sinalizando ou mesmo rebaixando a nota do Brasil, o que acresce as dificuldades de atração de capital externo.

Por conta do quadro de retração econômica, o mercado de trabalho – desaguadouro do que ocorre na estrutura e na dinâmica da economia – também apresenta resultados negativos. A taxa de desemprego (baseada nas seis principais regiões metropolitanas do país), por exemplo, que, em outubro de 2014, era de 4,7%, avança para 7,9% em outubro de 2015, conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Um significativo aumento de 3,2 pontos percentuais no período de um ano. Em termos absolutos essa taxa de 7,9% de desemprego equivale a 1,9 milhão de desempregados apenas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. Por sua vez, mencione-se que o rendimento médio dos trabalhadores também apresenta retração importante. Nesse sentido, assinale-se que o rendimento médio real (R\$ 2.345,81 em

outubro de 2104) dos trabalhadores ocupados declina para R\$ 2.182,10 em outubro de 2015 – portanto, redução de 7,0%.

O ambiente de crise da economia nacional acima delineado – e cujo marco temporal inicial se finca no 2º trimestre de 2014 – sofre um aprofundamento que tem relação direta com fatores institucionais, que afetam expectativas dos agentes econômicos. A renitência da inflação, desde 2010-2011, também contribuiu para a piora do quadro econômico e, adicionada ao endividamento das famílias, passa a afetar negativamente o seu consumo. A crise política, aprofundada desde a sucessão presidencial de 2014-2015, agregou, a fatores institucionais de ordem econômica, fatores institucionais de ordem política. Um dos indicadores que refletem claramente as mudanças de expectativas decorrentes de elementos institucionais é a taxa de investimento da economia, que sofreu acentuado declínio em 2015 como já referido.

Incerteza fiscal, aumento da percepção de risco, a fragilidade política da Presidência da República, as dificuldades de entendimento com o Congresso, a fragilidade da base aliada, entre outros contratemplos institucionais só podem afetar negativamente as expectativas, trazendo ao país a possibilidade de dois anos consecutivos de recessão profunda, acima do patamar de retração de 3,0% ao ano. Ademais, é importante se ter em conta que os indicadores

negativos recentemente divulgados pelo IBGE, a exemplo dos referentes à taxa de investimento da economia nacional e ao PIB, expressam retração maior que a esperada por agentes econômicos privados e pelo próprio governo. E não é a primeira vez em que isso ocorre, o que sinaliza para um processo de piora da crise, que ainda não teria atingido o “fundo do poço” e, portanto, haveria espaço para aprofundamento adicional. Isso certamente contribui para potencializar expectativas pessimistas.

Trata-se de uma crise que – ressalvadas possíveis diferenças de acuidade e de metodologia dos indicadores – rivaliza com o início dos anos 1930, quando da vertiginosa queda da demanda externa pelo café brasileiro, então motor principal da economia do país; na época, o PIB nacional sofreu recuo, nos consecutivos anos de 1930 e 1931, de -2,1% e -3,3% – patamar que pode ser significativamente superado, se confirmadas as previsões para 2015 e 2016.

Em síntese, o quadro de crise econômica, iniciado no segundo trimestre de 2014, nitidamente se aprofunda em 2015. Não é à toa que expectativas pessimistas – tanto entre consumidores quanto produtores – venham alimentando a fragilidade da demanda por bens e serviços e reprimindo a taxa de investimento da economia.

2. DESEMPENHO TRIMESTRAL DO COMÉRCIO VAREJISTA E DOS SERVIÇOS EM 2015: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

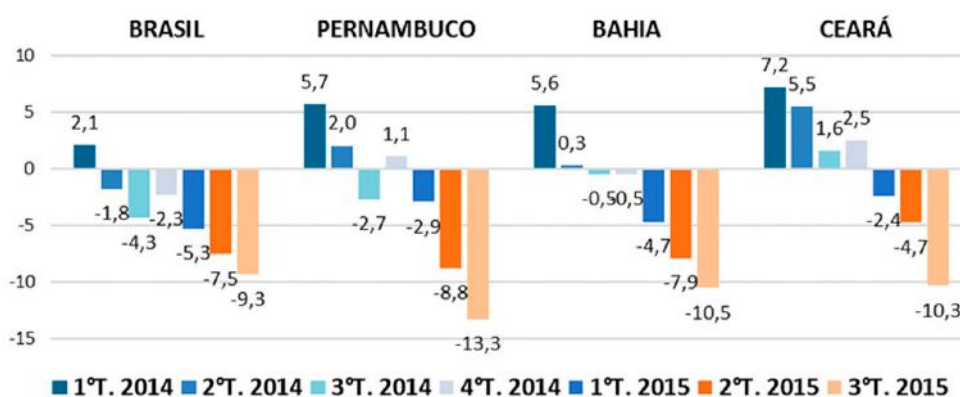
Qualquer economia, em situação de retração como a brasileira – conforme análise na seção introdutória – tende a sofrer importantes reflexos negativos em diversas instâncias do sistema de produção. O comércio varejista e o segmento de serviços, objetos deste Boletim Conjuntural, são agora analisados a partir de informações sistematizadas nos **Gráficos 2, 3, 4, 5 e 6** – a seguir.

Com efeito, tanto no âmbito nacional quanto no regional, os indicadores do comércio varejista ampliado (inclui as atividades do segmento varejista tradicional mais as atividades realizadas no âmbito do ramo de “veículos, motocicletas, partes e peças” e, também, o de “material de construção”), revelam – no que se refere ao volume de vendas – um comportamento declinante, acompanhando o movimento geral da economia, como ilustrado no **Gráfico 2**.

Como se pode observar ao longo do ano de 2015, os resultados trimestrais, além de negativos

em relação ao mesmo período do ano anterior – revelam um aprofundamento, independente do espaço geográfico considerado na análise – Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará. Assim, o resultado obtido no 3º trimestre de 2015 é sempre o de variação negativa mais elevada. Em termos nacionais as variações são, respectivamente, -5,3%, -7,5% e -9,3% para o 1º, 2º e 3º trimestres. No caso de Pernambuco, as variações negativas são ainda mais fortes (nos dois últimos trimestres): -2,9%; -8,8% e 13,3%. O varejo ampliado da Bahia também segue trajetória pior do que a observada para o país como um todo e, similarmente, Pernambuco, com maior aceleração: -4,7%; -7,9% e -10,5%. Por fim, os resultados obtidos para o Ceará, embora negativos, são menos desfavoráveis nos dois primeiros trimestres, mas, no 3º trimestre, já registra um declínio superior ao varejo ampliado nacional: -2,4; -4,7% e -10,3%.

Gráfico 2. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação trimestral do volume de vendas do Comércio Varejista Ampliado (em %) - 1º Trim.2014 ao 3º Trim.2015 (base: igual período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

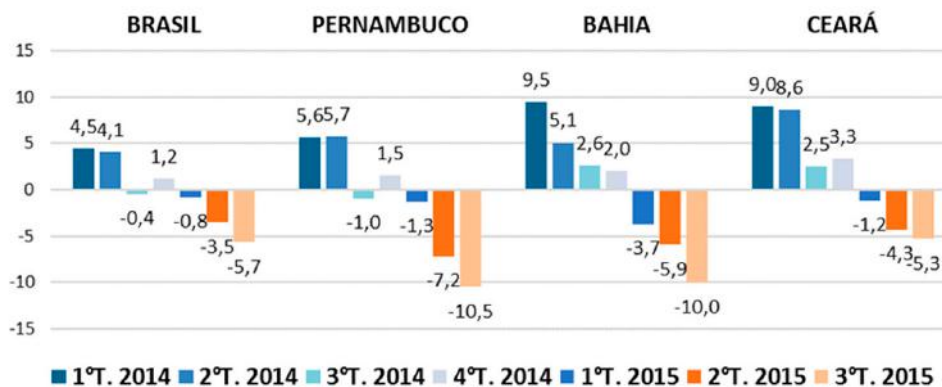
(*) O Comércio Varejista Ampliado inclui os segmentos 'veículos, motocicletas, partes e peças' e 'materiais de construção', além dos demais segmentos do varejo.

Conclui-se, portanto, que a trajetória geral é – sem exceção – de aprofundamento do declínio do volume de vendas, em termos trimestrais, no âmbito do comércio varejista ampliado brasileiro e regional, ao longo do ano de 2015.

Pode-se, por outro prisma, avaliar o desempenho do comércio varejista tomado pela acepção tradicional, pela qual não se incorporam os segmentos de material de construção e de veículos e autopeças. O **Gráfico 3** traz informações trabalhadas conforme esse conceito. O resultado é que o varejo pernambucano, particularmente no 2º e no terceiro trimestres de 2015, apresenta pior desempenho em contraposição ao país como um todo, assim também se verifica quando o contraponto é feito com os estados da Bahia

e do Ceará. Com efeito, Pernambuco (declínio de -7,2% e -10,5% do volume de vendas, respectivamente no 2º e no 3º trimestres de 2015, relativamente aos correspondentes trimestres de 2014) revela maior retração que a do varejo baiano (-5,9% e -10,0% – respectivamente nos mesmos trimestres mencionados). Resultado similar se observa quando a comparação é com o varejo cearense (-4,3% e -5,3%). No plano nacional, esse varejo tradicional sofre variação de -3,5% e -5,7% nos mesmos semestres sob foco – variações inferiores às verificadas para os estados de Pernambuco e Bahia, mas muito próximas a observada para o estado do Ceará.

Gráfico 3. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação trimestral do volume de vendas do Comércio Varejista (em %) - 1º Trim.2014 ao 3º Trim.2015 (base: igual período do ano anterior)

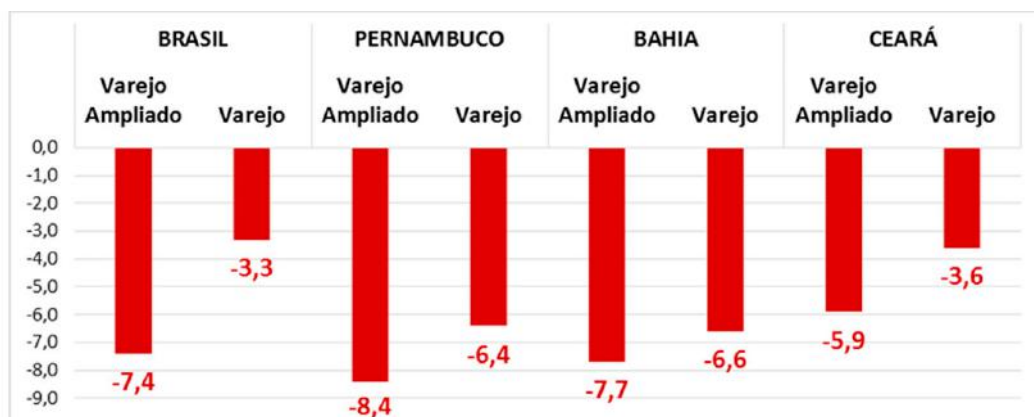


Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

Saliente-se que a menor variação negativa do volume de vendas no varejo em contraposição ao varejo ampliado, tanto nas comparações trimestrais quanto no resultado acumulado do ano (janeiro a setembro), ver **Gráfico 4** – deve-se fundamentalmente à forte retração observada no segmento de veículos. De fato, de acordo com a Associação de Fabricantes de Veículos (ANFAVEA), de janeiro a setembro 1,9 milhão de veículos foram produzidos em 2015, o que representa um volume 20,1% menor do que no mesmo período de 2014, quando a produção

foi de 2,4 milhões de veículos. Na mesma direção, a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) projeta para 2015 uma queda de 26,5% nas vendas de veículos, em comparação com dados referentes a 2014. De acordo com o IBGE (Pesquisa Mensal do Comércio - PMC), o indicador de volume de vendas, para o segmento de veículos, que também inclui a venda de parte e peças, registra uma variação negativa de -16,1%, no acumulado do ano (Janeiro a Setembro).

Gráfico 4 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo e do Varejo Ampliado (em %) - Jan-Set/2015 (base: Jan-Set /2014)



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

(*) O Comércio Varejista Ampliado inclui os segmentos 'veículos, motocicletas, partes e peças' e 'materiais de construção', além dos demais segmentos do varejo.

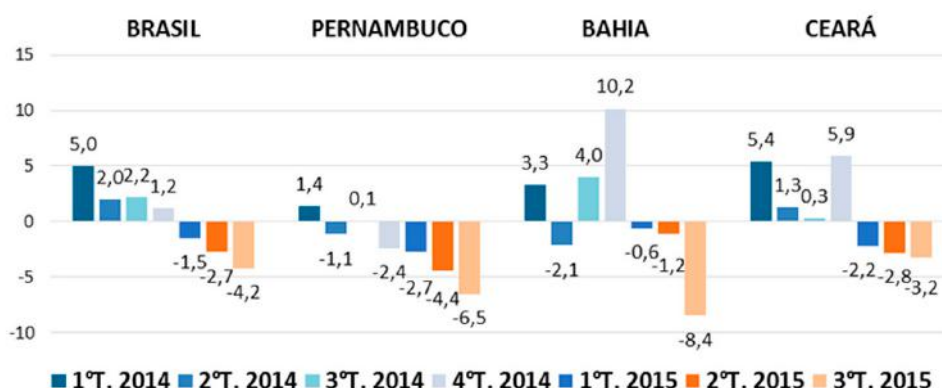
Dos dados ilustrados no **Gráfico 4**, observa-se também que, em relação ao desempenho do comércio varejista, os estados do Nordeste considerados na análise estão sendo atingidos mais fortemente pelos efeitos negativos da crise econômica. De fato, no varejo, sem exceção, Pernambuco, Bahia e Ceará já acumulam no ano de 2015 declínios de volume de vendas superiores aos -3,3% do Brasil como um todo. E apenas o varejo ampliado do Ceará ainda mantém um desempenho um pouco menos desfavorável (-5,9%) do que o resultado global observado para o país (-7,4%). Nos dois outros estados a queda é mais pronunciada, -8,4% em Pernambuco e -7,7% na Bahia.

Em suma, tanto no varejo quanto no varejo ampliado o expressivo declínio observado do volume de vendas em 2015 é um fato, seja por um olhar nacional, seja conforme uma visão regional.

Os fatores explicativos estão relacionados com os seguintes aspectos: desemprego elevado e queda do poder de compra dos consumidores (inflação passando para o patamar de dois dígitos), conduzindo à redução da massa salarial; forte endividamento das famílias; níveis elevados de inadimplência e expectativas negativas a respeito do desempenho da economia.

São esses mesmos fatores que também exercem influência negativa sobre o setor de prestação de serviços no Brasil e no Nordeste, especialmente no estado pernambucano. O **Gráfico 5** é ilustrativo de tal impacto. Como se vê, em 2015 (trimestre a trimestre) o desempenho do segmento de prestação de serviços, no Brasil, vem declinando: de -1,5% no primeiro trimestre a -4,2% no 3º trimestre de 2015, comparações tendo como referência correspondentes períodos de 2014.

Gráfico 5. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação trimestral do volume de Serviços (em %) - 1º Trim.2014 ao 3º Trim.2015 (base: igual período do ano anterior)

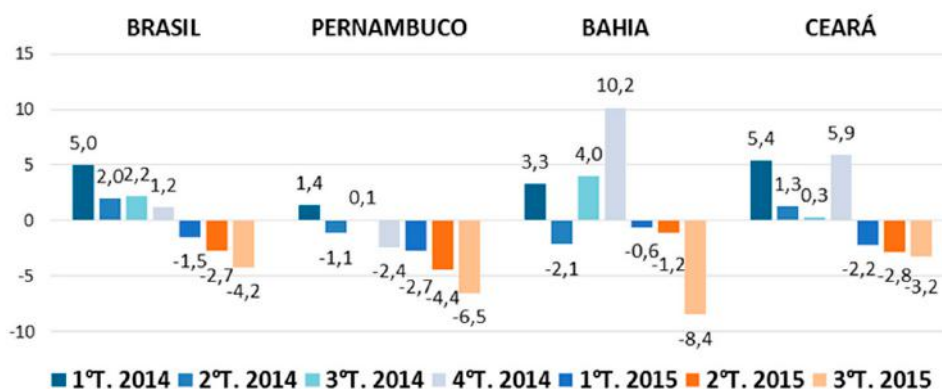


Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

Destaque-se que, em termos estaduais, o segmento de serviços tem em Pernambuco evolução trimestral mais desfavorável, com exceção do 3º trimestre, quando o volume de serviços na Bahia registra um declínio de -8,4%, em comparação com o 3º trimestre de 2014. De toda forma, o desempenho de Pernambuco é sempre inferior à média nacional em todos os sete trimestres representados no Gráfico 5, ou seja, desde o primeiro trimestre de 2014 até o 3º trimestre de 2015.

Pela importância em termos de produção e emprego, é útil que sejam incorporadas à análise considerações sobre o segmento de turismo, ao qual correspondem os indicadores apresentados no Gráfico 6. Referem-se a números que medem o volume de serviços do segmento de turismo, aferindo o desempenho deste segmento no período de referência deste Boletim.

Gráfico 6. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: variação trimestral do volume de Serviços do Turismo (em %) - 1º Trim.2014 ao 3º Trim.2015 (base: igual período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

É conveniente ter em conta qual o conjunto de atividades que é considerado no mencionado agregado: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas; e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação de passageiros em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros). Portanto, um agregado que incorpora um conjunto de atividades e negócios que tem considerável pertinência para a economia regional e para a economia nacional, mas que também diz respeito a fatos e operações econômicas que se interligam com a economia internacional. E, no contexto atual, a forte desvalorização do real, em princípio, deveria favorecer o turismo interno.

Uma visão geral das informações sistematizadas no **Gráfico 5** faz evidente que novamente em Pernambuco e na Bahia a adversidade da crise econômica se materializa com maior expressão que no caso do Ceará, um estado geralmente apontado como detentor de maior capacidade de atração do turismo. Embora o quadro geral seja de variações negativas do indicador de desempenho do turismo (no país como um todo e em cada um dos estados aqui destacados), no Ceará as variações do volume de serviços de turismo, nos primeiros três trimestres de 2015 (comparativamente a iguais períodos de 2014), revelam perda de profundidade da retração econômica (-5,7%; -4,3% e -3,5% – respectivamente), embora com percentuais negativos superiores aos correspondentes ao país. Pernambuco (-2,5%; -7,2% e -6,1%) apresenta variações negativas ainda mais profundas que a média nacional. A Bahia, por seu turno, revela clara aceleração das variações negativas nos três trimestres considerados: -1,0%; -2,2% e -6,0% – em direção contrária à observada para o Ceará.

Portanto, trata-se de um segmento que guarda

particularidades de cada estado, sugerindo que eventual diferenciação, entre estados, em termos de recursos turísticos locais e de políticas de exploração de tais recursos pode ser parte da explicação para diferentes indicadores de desempenho em conexão com a dinâmica da economia como um todo.

Torna-se patente – no exame dos indicadores até aqui analisados – a contingência de que em Pernambuco o quadro de crise se mostra, em geral, mais adverso. Alguns fatores podem ser elencados como explicativos de tal diferenciação do estado no âmbito nacional:

- Desmobilização de contingentes de trabalhadores da construção civil. Trata-se de contingência que se desenvolve desde a fase de finalização da instalação de grandes empreendimentos em infraestrutura e produtivos na região de Suape, e que se agrava com o avanço da crise sobre o setor imobiliário.

- Suspensão ou desaceleração de obras (decorrente de redução de gastos públicos), o que também é fator alimentador da desmobilização de trabalhadores.

- Adiamento ou suspensão de programas de investimentos e contratos, previstos para os setores de petróleo e gás e de estaleiros, o que em parte deriva de respingos da Operação Lava-Jato. Em decorrência, amplia-se o fluxo de demissões no Complexo Industrial-Portuário de Suape.

Trata-se, portanto, de uma conjunção de fatores relacionados com o bloco de grandes empreendimentos que vieram se instalar em Pernambuco e que agora se veem afetado por adversidades, entre as quais os avanços da Operação Lava-Jato, que, além de deteriorar o ambiente político, atingem a Petrobras, vetor fundamental de investimentos no território de Suape.

Em suma, efeitos multiplicadores sobre

desemprego, inflação, reversão de expectativas dos agentes econômicos e, na ponta, redução da capacidade de consumo das famílias jogam importante papel negativo, atingindo profundamente a economia. Redução de receitas do setor público (nas três esferas de governo) contribui para a diminuição dos gastos públicos, desaceleração de programas sociais – o que, acrescendo os impactos da ampliação do desemprego e de declínio da remuneração média do trabalho (e consequentemente redução da massa salarial), potencializa efeitos de corrosão da renda disponível das famílias. A propósito, observe-se que

indicadores da PNAD Contínua (IBGE) para o terceiro trimestre de 2015 apontaram desemprego de 11,2% em Pernambuco (acima da média do Nordeste: 10,8%) e 10,2% na RMR. Considerados os parâmetros da atual crise, portanto, não surpreende o aprofundamento na redução do ritmo de vendas no comércio varejista e também no segmento de prestação de serviços, atividades em foco no âmbito deste Boletim Conjuntural.

3. DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DO VAREJO E DAS ATIVIDADES DE SERVIÇO EM PERNAMBUCO

Consideram-se, neste relatório – para a composição do agregado comércio varejista – os seguintes segmentos: combustíveis e lubrificantes; hipermercados e supermercados; tecidos, vestuários e calçados; móveis; eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelarias; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico. Ademais, dois outros segmentos são analisados: veículos, motocicletas, partes e peças; e material de construção. Tal inclusão leva ao já mencionado “comércio varejista ampliado”, agora discriminando-se todos os onze segmentos que o compõem. As atividades de serviços compreendem quatro segmentos: serviços prestados às famílias, serviços de informação e comunicação, serviços profissionais e administrativos e serviços de transporte e correio.

Em primeiro lugar, a **Tabela 1** traz dados trimestrais referentes ao comércio pernambucano, período 2014/2015, segundo os diversos

segmentos pesquisados.

Como se vê, nos dois últimos trimestres considerados neste estudo – 2º e 3º de 2015 –, todos os segmentos do varejo apresentaram volumes de vendas inferiores aos registrados em 2014, exceto o segmento de Farmácia e Perfumaria, cujos resultados, embora declinantes, mantêm-se positivos (7,7% e 2,7%). O segmento de ‘Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico’ registra certa estabilidade (-0,9% no 2º trimestre e 1,2% no 3º trimestre).

Ademais, em quase todos os segmentos o desempenho das vendas no 3º trimestre de 2015 é inferior ao observado nos dois trimestres anteriores deste mesmo ano, o que corrobora o aprofundamento generalizado da situação de retração das vendas no varejo no estado, algo que já se evidenciava na seção anterior dedicada à análise de informações mais agregadas.

Tabela 1. Pernambuco: variação trimestral do volume de vendas, por Segmentos do Comércio Varejista (em %) - 1º Trim.2014 ao 3º Trim.2015 (base: igual período do ano anterior)

SEGMENTOS DO COMÉRCIO	1º T. 2014	2º T. 2014	3º T. 2014	4º T. 2014	1º T. 2015	2º T. 2015	3º T. 2015
VAREJISTA	5,6	5,7	-1,0	1,5	-1,3	-7,2	-10,5
VAREJISTA AMPLIADO(1)	5,7	2,0	-2,7	1,1	-2,9	-8,8	-13,3
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	10,3	-0,3	0,4	1,9	1,1	-4,9	-12,4
HIPERMERCADOS E SUPERMERCADOS 2)	1,3	2,4	-6,1	-2,8	-4,3	-5,7	-7,8
TECIDOS, VESTUÁRIOS E CALÇADOS	3,5	2,3	2,5	2,1	-1,1	-12,2	-19,2
MÓVEIS	9,7	15,3	0,2	2,5	-7,8	-20,2	-26,9
ELETRDOMÉSTICOS	9,1	13,5	-2,7	-1,6	-5,7	-17,7	-20,9
FARMÁCIA E PERFUMARIA(3)	27,0	21,2	12,5	9,5	9,5	7,7	2,7
LIVRARIA E PAPELARIA(4)	3,9	3,7	-5,5	-9,0	-6,3	-4,7	-7,8
INFORMÁT., COMUNC, MAT. E EQUIP. DE ESCRITÓRIO	3,7	-1,4	-1,8	-2,3	-26,7	-29,9	-31,1
OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	4,8	14,4	4,7	13,2	10,8	-0,9	1,2
VEÍCULOS, MOTOCICLETAS, PARTES E PEÇAS	1,7	-6,6	-6,1	0,5	-4,9	-14,9	-20,7
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	20,0	3,4	-3,4	-0,3	-7,8	-3,5	-10,7

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio-IBGE. Elaboração CeplanMulticonsultoria.

(1) Inclui veículos e materiais de construção, além dos demais segmentos do varejo.

(2) Inclui produtos alimentícios, bebidas e fumo.

(3) Trata-se de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumarias e cosméticos.

(4) Corresponde a livros, jornais, revistas e papelaria.

Destaque-se que é generalizada a retração das vendas no comércio varejista pernambucano. Com as atividades mais importantes do varejo revelando quedas pronunciadas e crescentes do volume de vendas no 3º trimestre de 2015, tais como: 'combustíveis e lubrificantes' (-12,4%); 'hipermercados e supermercados' (-7,8%); 'tecidos, vestuários e calçados' (-19,2%); 'móveis' (-26,9%); 'eletrodomésticos' (-0,9%); 'veículos, motocicletas, partes e peças' (-20,7%); material de construção (-10,7%).

O generalizado quadro de redução das vendas nos segmentos do comércio espelha o agravamento da crise econômica: diminuição dos níveis de produção e de emprego, aceleração inflacionária, queda da renda real e elevação da taxa de desemprego, aspectos cuja intervenção já foi considerada neste relatório.

A situação entre as atividades de prestação de serviços em Pernambuco, no que diz respeito ao volume de serviços prestados, se traduz em variações negativas nos dois últimos trimestres, conforme pode ser visualizado na **Tabela 2**, que dispõe dados trimestrais (2014-2015): 'serviços prestados às famílias' (-5,4% e -0,7%); 'informação e comunicação' (-7,7% e -9,5%); 'serviços profissionais e administrativos' (-3,2% e -10,2%); e 'transportes e correio' (-1,8% e -0,7%). Ou seja, de uma maneira geral, tanto no comércio quanto nas atividades de serviços a situação em Pernambuco é de aprofundamento da retração, acompanhando a trajetória observada na economia do país como um todo.

Tabela 2. Pernambuco: variação trimestral do volume de Serviços, por Grupos de Atividade (em %) - 1º Trim.2014 ao 3º Trim.2015 (base: igual período do ano anterior)

ATIVIDADES DOS SERVIÇOS	1ºT. 2014	2ºT. 2014	3ºT. 2014	4ºT. 2014	1ºT. 2015	2ºT. 2015	3ºT. 2015
TOTAL	1,4	-1,1	0,1	-2,4	-2,7	-4,4	-6,5
SERVIÇOS PRESTADOS ÀS FAMÍLIAS	-5,1	-3,3	-5,9	-8,0	1,3	-5,4	-0,7
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1,1	1,9	0,1	-1,1	-3,6	-7,7	-9,5
PROFISSIONAIS E ADMINISTRATIVOS	-3,0	-4,2	-2,4	-5,0	-2,2	-3,2	-10,2
TRANSPORTES E CORREIO	8,2	-1,4	3,5	0,5	-3,3	-1,8	-0,7

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços-IBGE. Elaboração Ceplan Multiconsultoria.

4. SÍNTESE

O panorama evolutivo do comércio varejista em Pernambuco – nos três primeiros trimestres de 2015 – contrasta com o quadro observado em 2014, quando, a despeito da desaceleração econômica no plano nacional, o comércio varejista chegou a manter desempenho levemente positivo. Em contrapartida, o que se vislumbra em 2015 revela que o aprofundamento da crise econômica agudiza o declínio das vendas no varejo pernambucano – cujo desempenho, em 2014, mesmo positivo, já era o pior resultado dos últimos anos.

Além disso, a crise nacional (econômica e política) permanece ganhando proporções inéditas quanto a sua dimensão e natureza no âmbito da história do país, o que continua alimentando expectativas pessimistas a respeito

da economia, refletindo nos vários indicadores macroeconômicos analisados neste Boletim. Pernambuco, como espaço importante em tal cenário (até porque vinha se beneficiando de um expressivo influxo de investimentos e decorrente expansão econômica, inclusive superando o crescimento do país como um todo), sofre – em expressiva magnitude – efeitos adversos dessa crise, que recentemente passou a afetar mais significativamente os indicadores do mercado de trabalho. De modo similar, assim como verificado no comércio, observam-se impactos negativos também no segmento de prestação de serviços (com expressiva queda do volume de serviços prestados em todas as atividades que compõem esse segmento).

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Dívida líquida e bruta do governo geral. Outubro/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Nacionais Trimestrais. Setembro/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF). 3º Trimestre/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Setembro/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Setembro/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-Contínua (PNAD-Contínua). 3º Trimestre/2015.

EXPEDIENTE - FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Josias Silva de Albuquerque
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio: Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer: Nilo Monteiro
Revisão de Texto: Aleph Consultoria Linguística

EXPEDIENTE - CEPLAN-PE

Jorge Jatobá
Osmil Galindo
Roberto Alves
Juliana Bacelar
Ademilson Saraiva

Sede provisória: Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)
Fax.: (81) 3222-9498 / 3231-2912

Anexo: Av. Visconde de Suassuna, 114, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-540
Tel.: (81) 3231-6175 (PABX)
Fax: (81) 3423-3024


Fecomércio PE
Sesc | Senac
Instituto Fecomércio


SEBRAE